

A IMPRESSÃO DOS DISCENTES CONTEMPLADOS PELO PROGRAMA ALUNO CONECTADO ACERCA DAS POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO DIGITAL

Kleber Emmanuel Oliveira Santos
Daiana Zenilda Moreira

Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

kleber.emmanuel@gmail.com
dz.moreira@outlook.com

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar as impressões de discentes acerca da possibilidade de inclusão digital a partir do Programa Aluno Conectado. Para tanto, será necessária a apresentação de uma fundamentação teórica que nos permita compreender os elementos necessários para a conceituação e promoção da inclusão digital. A metodologia utilizada consiste na utilização de entrevistas semiestruturadas como instrumento de coleta de dados e uma posterior análise sistemática dos dados obtidos. Os resultados indicam que a instrumentalização tecnológica promovida pelo Programa Aluno Conectado não é suficiente para que indivíduos contemplados percebam-se como incluídos digitais, indicando que a impressão acerca da inclusão digital só será possível a partir da possibilidade de transformação da realidade social.

Palavras-chave: Inclusão Digital; Inclusão Social; Programa Aluno Conectado.

Abstract

The objective of this paper is to analyze the impressions of students about the possibility digital inclusion from the Aluno Conectado Program. To do so would require the presentation of a theoretical framework that allows us to understand the elements necessary for conceptualizing and promoting for digital inclusion. The methodology consists of using semi-structured interviews as instrument for data collection and subsequent systematic analysis of the data obtained. The results indicate that technological instrumentalization sponsored by Aluno Conectado program is not enough that included individuals see themselves as digital included, indicating that printing on digital inclusion will only be possible from the possibility of transformation of social reality.

Keywords: Digital Inclusion; Social Inclusion; Programa Aluno Conectado.

Introdução

A perspectiva de que vivemos em uma sociedade informacional (CASTELLS, 2009), onde as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) são ferramentas essenciais para o acesso à informação, coloca em pauta a necessidade de consolidação da Cultura Digital e, por conseguinte, da Inclusão Digital (ID) entre os sujeitos envolvidos em processos educativos.

Desse modo, “Governos e Instituições têm apresentado estudos sobre o tema e apontam para o pressuposto de que a evolução das TDIC tem provocado mudanças no mundo inteiro”, sinalizando a necessidade de desenvolvimento de estratégias e ações de ID direcionadas a proporcionar a instrumentalização tecnológica dos indivíduos (SOUZA, 2011, p. 65).

Como exemplo, dessas estratégias, tem-se O Programa Aluno Conectado do Governo do Estado de PE, instituído em dezembro de 2011. O referido programa surge para disponibilizar Tablets/PCs aos alunos das 2ª e 3ª séries do ensino médio, como material de apoio pedagógico permanente.

O programa é lançado como característico de inovação e modernização das escolas da rede estadual e com o discurso de dinamizar o processo de aprendizagem. As propostas apresentadas pelo programa sugerem que a instrumentalização tecnológica de indivíduos é capaz de torná-los incluídos digitalmente.

No entanto, compreendemos que as discussões que possuem como centro a Inclusão Digital (ID) permitem diversas interpretações. A definição de um conceito que a sintetize é, por si só, problemática, principalmente quando se é “revisitado e atualizado de forma a vincular-se a cada visão do mundo que perpassa pela sociedade” (BONILLA, 2005, p. 61).

Se formos analisar a ID sob a ótica Programa Aluno Conectado, perceberemos que ele adota a perspectiva de que incluir digitalmente seria uma forma de promover a integração e acessibilidade às TDIC aos membros de comunidades com baixo poder



aquisitivo, visualizando a instrumentação tecnológica desses como uma forma de situá-los nas dinâmicas sociais presentes na cultura digital. Promover a ID seria, portanto, uma tentativa de diminuição das desigualdades sociais existentes na sociedade contemporânea.

Boneti (2007, p. 13) afirma que nesse contexto, a ID passa a assumir “uma positivação em relação a uma problemática social, a da exclusão”. Dessa forma, é comum surgirem os discursos que se fundamentam na existência da exclusão, indicando que a ID pode ser capaz de minimizar e combater tal realidade.

No entanto, a ID não pode ser pensada com tanta superficialidade. Costa (2006) concorda com esse pensamento quando defende que a ação de incluir

deve ser vista como uma ação complexa que visa a ampliação dos capitais técnicos, cultural, social e intelectual. Na base desse processo está a autonomia econômica mínima para o acesso aos bens e serviços tecnológicos. (COSTA, 2006, p. 4).

Esta reflexão nos direciona ao ponto em que precisamos conceber a ID de uma forma contextualizada e adequada aos sujeitos que a vivenciam. Para que isso seja possível, a ID necessita ocorrer de maneira mais humanizada, evidenciando que apenas a instrumentalização tecnológica dos sujeitos sociais não é suficiente para tornar um indivíduo incluído digitalmente.

Pellanda (2005, p. 43) defende que o processo de ID tem que dar ênfase a “cultura digital com todo o potencial que esse espaço tem para expandir o humano, expandido o conhecimento e a consciência”. Assim, os fenômenos ligados ao processo de dualidade inclusão/exclusão digital tratam de diversos aspectos além dos simples acesso as TDIC.

Incluir numa perspectiva digital não envolve apenas qualificar para a melhoria de vida ou para o mundo do trabalho, mas sim capacitar as pessoas para tomar decisões sobre a importância das finalidades da tecnologia, pois assim se possibilita uma postura



que oportuniza a construção da cidadania numa perspectiva de ID que vai além da assimilação do conhecimento já estruturado.

Silveira (2001, p. 30) afirma que a inclusão digital “é fundamental não apenas por motivos econômicos ou de empregabilidade, mas também por razões sociopolíticas, principalmente para assegurar o direito inalienável à comunicação”. Desse modo, estar incluído digitalmente na contemporaneidade é condição essencial para a uma vivência saudável em comunidade, permitindo-nos perceber que a ação de capacitar sujeitos sociais para a utilização de equipamentos eletrônicos sem que eles compreendam a sua funcionalidade social, não é incluir numa perspectiva digital.

Compartilhando essa linha de raciocínio, Warschauer (2006, p. 26) mostra que a ID “não é apenas uma questão referente à partilha adequada dos recursos, mas também de ‘participação na determinação das oportunidades de vida tanto individuais como coletivas’”. Ou seja, não basta oferecer o recurso, a ferramenta, mas também é preciso proporcionar o uso do instrumento como elemento de transformação social.

Assim, não devemos visualizar o processo de ID ocorrendo em apenas uma dimensão. Ao contrário, ele envolve outras dimensões que compõem um todo complexo capaz, de fato, de incluir digital e socialmente os sujeitos sociais.

Esse contexto tem despertado o interesse de instituições públicas e privadas em promover ações a fim da promoção da ID. A busca pelo desenvolvimento de certa autonomia associada ao desenvolvimento da criatividade e produção (para o compartilhamento de conhecimento) permite com que a escola surja como uma alternativa para o desenvolvimento dessas ações.

Diante dessa realidade, alguns teóricos têm defendido em suas pesquisas a educação escolar como importante parceira à ID. Silva Filho (2003) pondera ser essencial a associação entre ID e os conteúdos curriculares escolares, mas reconhece que para isso torna-se necessário um redesenho nas grades curriculares. Ele afirma que

a inclusão digital tem um tripé que compreende o acesso à educação, renda e TDIC. A ausência de qualquer um desses significa deixar quase 90% da população brasileira permanecendo na posição de mera aspirante a inclusão digital. (SILVA FILHO, 2003, p. 10).

A partir dessa reflexão, podemos conceber que as escolas e universidades passam a constituir componentes essenciais à inclusão digital, uma vez que seus protagonistas (professores, alunos e membros da comunidade) precisam atuar em conjunto para o processo e construção do conhecimento.

Essas reflexões permitem que cheguemos na questão que norteou essa pesquisa: os discentes contemplados pelo Programa Aluno Conectado já se consideram incluídos digitalmente por agora possuem uma ferramenta tecnológica? Ou eles compreendem que apenas instrumentalização não é capaz de transformar sua realidade social?

A fim de respondermos a esse questionamento, temos como objetivo deste artigo a análise das impressões de discentes acerca da possibilidade inclusão digital a partir do Programa Aluno Conectado.

Portanto, considera-se relevante o fato da temática aqui abordada despertar vastas inquietações e não ter sido ainda, suficientemente balizada, o que leva este artigo a possibilidade de contribuir à ações de políticas públicas com foco na ID, indicando critérios necessários para a efetivação de uma ID em todas as dimensões de que se precisa para a formação de cidadãos emancipados.

Metodologia

A pesquisa apresenta uma natureza qualitativa explicativa, uma vez que essa foge da superficialidade ao tempo em que propõe um maior aprofundamento e uma identificação mais minuciosa dos conteúdos a serem analisados.

A investigação foi realizada em três escolas da Rede Estadual de Ensino do Estado de Pernambuco, sendo elas da modalidade de ensino Regular, Semi-integral e Integral, respectivamente. A escolha por essa configuração se deve ao fato de serem as modalidades com maior número de oferta de vagas no sistema público de ensino no estado de Pernambuco, e também pelo fato de os alunos dessa modalidade serem contemplados pelo Programa Aluno Conectado. A amostragem é composta por um total de 90 (noventa) discentes, sendo eles estudantes da 2ª (segunda) ou 3ª (terceira) série do Ensino Médio.

Como instrumento de coleta de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, já que, segundo Gaskell (2008, p. 65), este instrumento permite ao pesquisador obter “dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das narrativas em termos mais conceituais e abstratos”, assim como “testar expectativas e hipóteses desenvolvidas fora da perspectiva teórica específica”.

Após realizadas as entrevistas, realizou-se uma análise sistemática dos dados. Segundo Gil (1989, p. 166), essa análise consiste em “organizar e resumir os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação”.

Análise dos resultados

Portanto, sintetizando as conclusões da análise proposta em relação a percepção de ID dos sujeitos, pode-se inferir que a maioria deles não se sentem incluídos digitalmente com a instrumentalização proposta pelo Programa Aluno Conectado. Os sujeitos alegam que apenas receber Tablets/PCs sem ter sido proposta uma formação adequada, a fim de explicar sobre todas as possibilidades de utilização do equipamento, não é capaz de incluí-lo em uma perspectiva digital.

Essa percepção acerca da ID por parte dos sujeitos da pesquisa, traz à tona as discussões apresentadas por Warschauer (2006), Teixeira (2010), Padilha e Abranches



(2012) e Buzato (2008), que apresentam que para que um indivíduo esteja incluído digitalmente, ele não deve apenas possuir um artefato tecnológico, mas saber utilizá-lo a fim de contribuir nas suas dinâmicas sociais subjetivas e coletivas.

Partindo desse viés, foi investigado quais seriam as perspectivas de ID que os sujeitos envolvidos na pesquisa possuíam a partir da inserção no Programa Aluno Conectado. Assim, foi identificado que começa a haver percepção de ID a partir do momento em que eles conseguem se projetar como parte de um contexto que demanda a expressividade e a comunicação por meio de publicação/geração de conteúdo.

A possibilidade de empregar as tecnologias propostas pelos Tablets/PCs de forma contextualizada a atividades criativas e comunicativas de um modo que influenciem seus relacionamentos interpessoais externos ao virtual, potencializam positivamente as percepções de ID dos sujeitos. Estes aspectos são reafirmados em Warschauer (2006), Teixeira (2010), Padilha e Abranches (2012) e Buzato (2008), que concordam que a possibilidade de produzir conteúdo e publicá-lo a partir das TDICs é capaz de transformar a realidade social dos sujeitos, evidenciando assim que incluir digitalmente também é uma forma de incluir socialmente.

Esses resultados nos dão um indicativo de que a maioria dos jovens contemplados pelo Programa Aluno Conectado não estão considerando ID enquanto acesso às TDICs. Levando em conta não meramente os aspectos técnicos, mas também outros aspectos necessários para uma ID mais efetiva, como sociais e cognitivos por exemplo.

Conclusão

Neste estudo, apresentamos como contexto o processo de Inclusão Digital e seus principais conceitos e dimensões, resumida na problemática da percepção da ID a partir da instrumentalização de jovens contemplados pelo Programa Aluno Conectado, idealizado e proposto pelo Governo do Estado de Pernambuco.

Programas públicos que buscam promover a Inclusão Digital são louváveis para que todos os sujeitos envolvidos no processo possam desenvolver não só habilidades tecnológicas, mas também sociais, cognitivas e profissionais. No entanto, a pesquisa indicou que apenas a instrumentalização tecnológica não é capaz de fazer com que os sujeitos percebam-se como incluídos digitais.

Foi demonstrado que no contexto do Programa Aluno Conectado, oferecer Tablets/PCs sem uma instrução/contextualização sobre as possibilidades de sua utilização no que tange ao desenvolvimento social, cognitivo e profissional não é capaz de provocar a percepção investigada. É necessário que se haja uma perspectiva de transformação social no cotidiano dos sujeitos para que esses possam se sentir incluídos.

Os resultados da pesquisa ainda apontam que a possibilidade de produção e divulgação de conteúdo é parte relevante e basilar do processo de ID. Isto indica que esses sujeitos ampliaram as suas concepções e perspectivas acerca deste fenômeno, considerando agora aspectos que envolvem mais a percepção subjetiva do que a aprendizagem técnica.

Nesse cenário, constatamos que para a elaboração e implantação de um programa público que busque proporcionar a ID é necessário que se priorize o contexto das comunidades onde eles serão inseridos. Promover a instrumentalização tecnológica sem reconhecer os impactos significativos e diretos na realidade dos indivíduos não caracteriza uma percepção de ID que não condiz com a realidade atual.

Referências

BONETI, Lindomar Wessler. Exclusão e inclusão social – teoria e método. In: **Revista Contexto & Educação**, v. 1, p. 187-206, 2007.

BONILLA, Maria Helena da Silveira. **Escola Aprendente: para além da sociedade da informação**. Rio de Janeiro: Quartet, 2005.

BUZATO, Marcelo. Inclusão digital como invenção do cotidiano: um estudo de caso. Revista Brasileira de Educação, v. 13, n.38, maio/ago. 2008.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**, Sao Paulo: Paz e Terra, 1999.

COSTA, Leonardo. Inclusão Digital: conceitos, modelos e semânticas. In: **XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Brasília, DF, 2006.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin; GASKELL, George (org). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GILL, Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 2ª ed. – São Paulo: Atlas, 1989.

PADILHA, Maria Auxiliadora Soares; ABRANCHES, Sérgio Paulino. Proi-digit@1: espaço de criação e compartilhamento para inclusão digital de jovens da periferia de Recife, Olinda e Caruaru. In: CARVALHO, Liliane Maria Teixeira Lima de; MONTEIRO, Carlos Eduardo Ferreira. **Extensão e Educação: experiências formadoras, socializantes e inclusivas**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2012.

PELLANDA, Nize. O sentido profundo de solidariedade. In: PELLANDA, Nize; SCHLUNZEN, Elisa; SCHULUZEN, Klaus (Orgs.). **Inclusão Digital: tecendo redes afetivas/cognitivas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

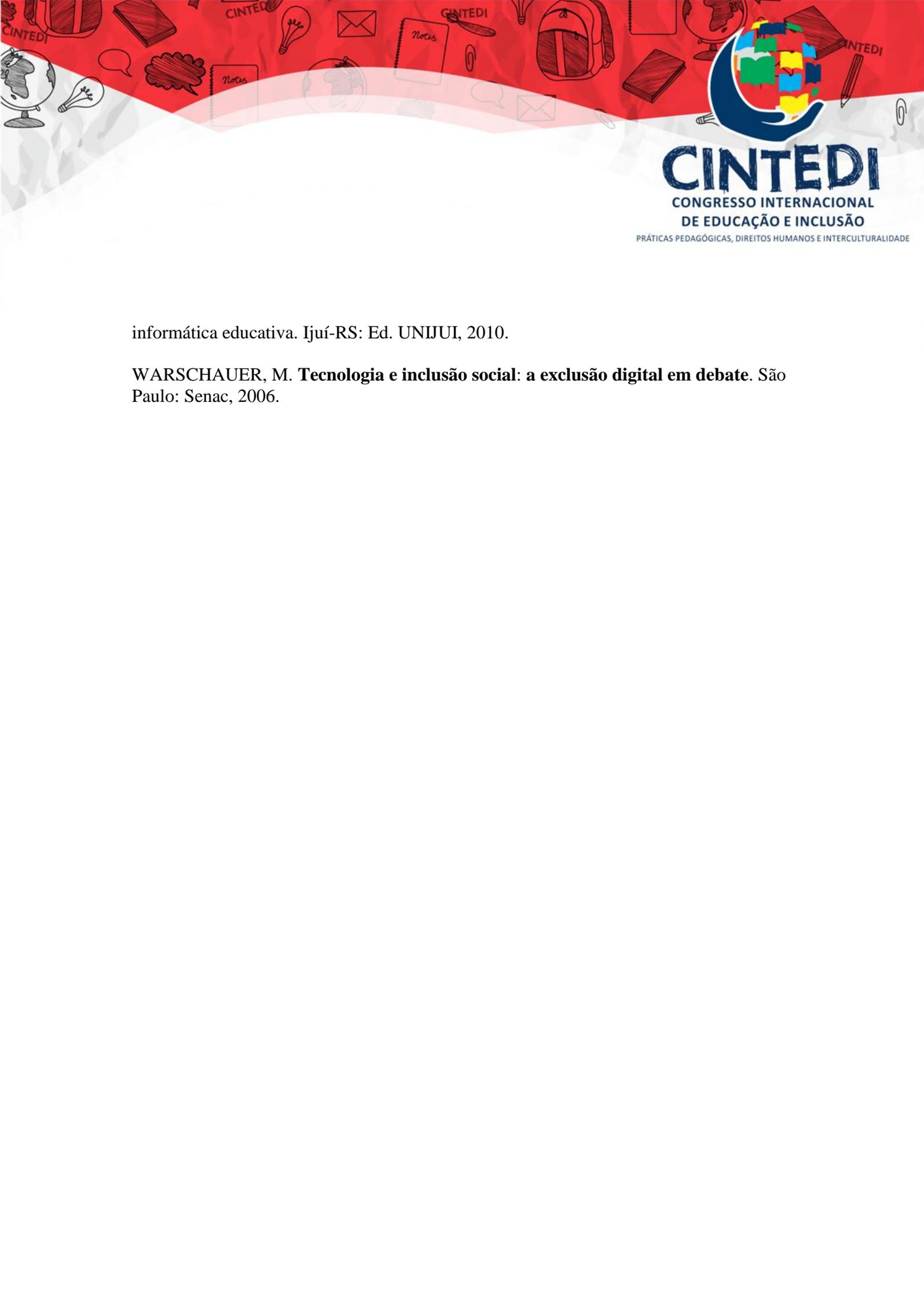
PERNAMBUCO. **Lei Nº 14.546**, de 21 de dezembro de 2011. Institui, no âmbito das unidades públicas de ensino do Estado de Pernambuco, o Programa Aluno Conectado. Pernambuco, 2011.

SILVA FILHO, Antonio Mendes da. Os três pilares da inclusão digital. In: **Revista Espaço Acadêmico**. Maringá, ano III, n. 24, mai. 2003.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Exclusão Digital: a miséria na era da informação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

SOUZA, J. S. de. **Cultura digital e formação de professores: articulação entre os Projetos Irecê e Tabuleiro Digital**. 2011. 188f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Salvador. 2011.

TEIXEIRA, Adriano Canabarro. **Inclusão Digital: Novas perspectivas para a**



CINTEDI
CONGRESSO INTERNACIONAL
DE EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, DIREITOS HUMANOS E INTERCULTURALIDADE

informática educativa. Ijuí-RS: Ed. UNIJUI, 2010.

WARSCHAUER, M. **Tecnologia e inclusão social: a exclusão digital em debate.** São Paulo: Senac, 2006.